



Os espaços públicos do planejamento progressista da cidade de Belo Horizonte: lugares de exclusão e de disciplina

SIMÃO, Karina Machado de Castro¹

Docente Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix

GONÇALVES, Raquel Garcia²

Docente Escola de Arquitetura da UFMG

Resumo

Os modelos de urbanismo progressista visavam o embelezamento das cidades a partir de intervenções que tinham como apelo discursivo ou ideológico o urbanismo sanitário. Os espaços públicos desses modelos eram concebidos pela estética e pelo rigor e simetria do traçado, demonstrando o poder do Estado. O modelo de urbanismo progressista pode ser exemplificado pelo projeto de Haussmann para Paris no século XIX, cujas características foram replicadas no plano de cidades brasileiras, como Belo Horizonte, planejada no final do mesmo século. O trabalho tem como objetivo analisar a formação de Belo Horizonte, com foco nos principais espaços públicos planejados por Aarão Reis em 1897.

Palavras-chave: Urbanismo progressista; Belo Horizonte; Espaços públicos.

Introdução

O modelo de urbanismo progressista simboliza a ordem, visando eliminar do cenário da cidade o rosto da desordem, da revolta, do incontrolável. A cidade planejada progressista apaga do espaço os signos capazes de incorporar e de manter viva na memória a experiência dos indivíduos, sua identidade enquanto sujeitos sociais. A ação

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutoranda no Curso de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais karinamdc@yahoo.com.br

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ. raquelgargon@hotmail.com



social do indivíduo passa a ser controlada e vigiada pelo Estado. Os modelos de urbanismo progressista visavam o embelezamento das cidades a partir de intervenções que tinham como apelo discursivo ou ideológico o urbanismo sanitarista.

O modelo de urbanismo progressista pode ser exemplificado pelo projeto de Haussmann para Paris no século XIX, cujas características foram replicadas no plano de cidades brasileiras, como Belo Horizonte, planejada no final do mesmo século. O trabalho tem como objetivo analisar a formação de Belo Horizonte, com foco nos principais espaços públicos planejados por Aarão Reis em 1897.

Belo Horizonte foi planejada para substituir Ouro Preto como capital do Estado de Minas Gerais em 1897, buscando afirmar os princípios da República brasileira recém-instaurada. Seguindo os padrões do modelo de urbanismo progressista, Belo Horizonte foi planejada pelo engenheiro Aarão Reis, cujo traçado negava a influência colonial portuguesa (ANDRADE; MAGALHÃES, 1998). O Curral Del Rei foi arrasado para dar lugar ao novo:

Para a afirmação da nação, a negação do passado...a ordem como meio e o progresso como meta, o que significa a superação do natural pelo racional, do espontâneo pelo científico, do orgânico pelo geométrico, do cultural pelo progressista e, conseqüentemente, do velho pelo novo (ANDRADE; MAGALHÃES, 1998, p.39).

O espaço concebido de Belo Horizonte era determinado a partir da criação e projeção da imagem da cidade moderna. O plano de Aarão Reis representava os ideais de modernidade, dos saberes técnicos e da linguagem urbanística moderna, configurando um símbolo da modernidade nacional, em sua expressão regional.

Segundo Julião (1992), a criação e a construção da cidade concretizavam os desejos de uma elite que encarava o advento da República como sinal de ruptura com o passado, preconizando a modernização e o desenvolvimento nacional. Monte-Mór (1994, p.477) completa que “Belo Horizonte nasceu assim com pretensões progressistas e modernistas, simulacro oligárquico do espaço de poder de uma burguesia republicana inexistente, espaço positivista e barroco, uma contradição em termos”.

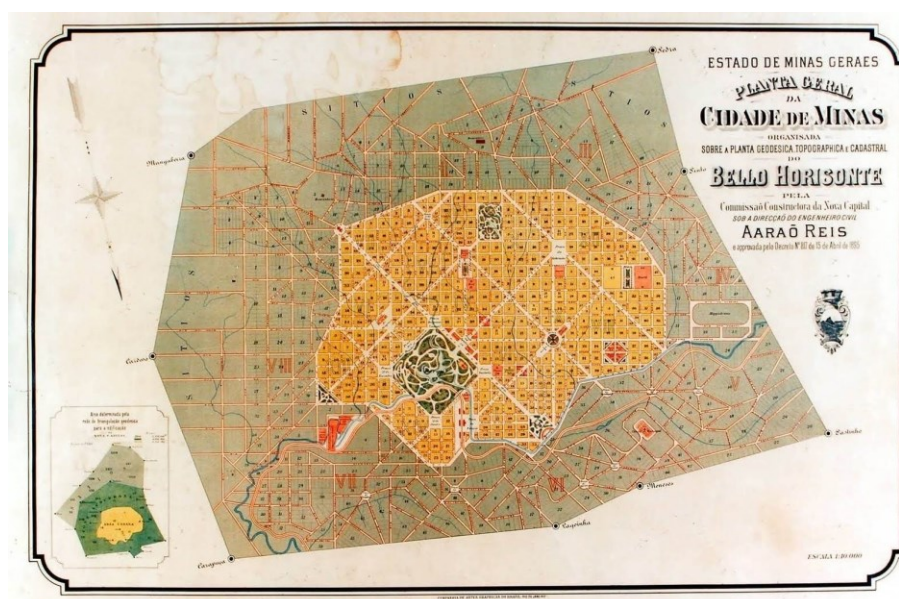
Os princípios que regeram a construção de Belo Horizonte introduziram símbolos republicanos no tecido urbano. Nesse novo ambiente, onde “tudo é horrivelmente



postição” e em que “a cidade, organizada e saudável, era uma projeção do ideal de uma sociedade disciplinada” (JULIÃO, 1992, p.72), vigoravam preceitos de uma racionalidade médico-sanitarista. Segundo Julião (1992, p.83), “a capital não passava de um cenário fundado na miragem do progresso, monumento de uma sociedade empenhada numa modernização superficial, na qual deveriam permanecer intocados seus alicerces sócio-políticos”.

Seguindo os padrões do modelo de urbanismo progressista, o plano de Arão Reis para Belo Horizonte tinha um desenho cartesiano e ortogonal (figura 1), que previa uma zona urbana circundada pelas zonas suburbana, de glebas maiores para ocupação futura, e pela zona rural, de colônias agrícolas (JULIÃO, 1992).

FIGURA 1. Plano de Belo Horizonte elaborado por Aarão Reis (1897)



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997, p.32.

De acordo com Maciel (1998), o desenho de Belo Horizonte continha ideias urbanísticas de várias cidades projetadas na mesma época como: Washington D. C./EUA (1830), Paris/França (1853-69) e La Plata/Argentina (1892). O traçado em tabuleiro de xadrez de Belo Horizonte é semelhante ao modelo de Washington, enquanto o desenho regular das ruas entrecortados por avenidas em diagonal a 45° é inspirado no plano de La Plata. De Paris, aproveitou-se a concepção das grandes



avenidas arborizadas e retilíneas de Haussmann, onde a massa vegetal marca as circulações principais.

Assim como o plano de Haussmann para Paris, o plano de Aarão Reis para Belo Horizonte ordenava o espaço, desconsiderando a realidade existente do antigo Curral Del Rei :

Para a concretização da capital, foi necessário que se varresse do mapa o arraial de Belo Horizonte, antigo Curral D'el Rei, incompatível, na visão da época, com a grandiosidade do projeto. Parecia que a existência de remanescentes da pequena povoação no mesmo espaço da metrópole abateria o orgulho dos novos donos do poder. Cada casa, loja, edifício público ou templo foi demolido para que se pudesse erguer a nova cidade, símbolo dos novos tempos. Nem a topografia do local foi respeitada (BARRETO, 1995, p.51).

De acordo com Barreto (1995), Aarão Reis planejou as ruas da área central com largura de vinte metros, para a conveniência, arborização e livre circulação de veículos. Já as avenidas tiveram suas larguras fixadas em trinta e cinco metros, suficiente para dar beleza e conforto à população. E não bastava um modelo traçado somente em soluções arquitetônicas, a gestão moderna da cidade exigia intervenções das mais diversas como saberes jurídicos, médicos-sanitaristas e estatísticos, entre outros, na busca por respostas a problemas como miséria, falta de saneamento, doenças, densidade populacional e o potencial de tensões e revoltas sociais (BARRETO, 1995).

A produção dos espaços vazios, como as largas avenidas e ruas de Belo Horizonte, resultava em lugares inóspitos ao pedestre, e, por que não citar, também às manifestações e às revoltas sociais. Esse movimento por parte do poder público em tentar espacializar as manifestações não é novidade na história da cidade moderna. O cerco de Paris, efetuado pela paradigmática reforma urbana haussmanniana, foi um dos casos em que imensos espaços vazios foram criados para impedir as barricadas.

O plano procura criar um referencial de cidade que modelaria o modo de concepção do espaço, para que a população compreendesse, de acordo com o interesse do poder público, as relações de poder e a hierarquia social na cidade. Assim como plano de Haussmann, o plano de Aarão Reis é segregador e excludente:



Acima de tudo, uma cidade política, expressão do poder e da conciliação das **elites**. As avenidas barrocas, os prédios públicos valorizados em localização e monumentalidade neo-clássica, a racionalidade do traçado e do sistema referencial urbano, as normas rígidas de urbanismo e higiene, tudo foi ordenado para garantir uma vida urbana sadia e agradável àqueles que participassem da polis, **aos cidadãos**. A cidade criada seria também comercial e de serviços, voltada não para as necessidades básicas da população, para a reprodução familiar, mas sim para um **consumo urbano sofisticado de uma burguesia e classe média urbanas** ainda infantis. **Os trabalhadores foram excluídos da cidadela e assentados em áreas suburbanas (e agrícolas)** destituídas da infraestrutura e serviços modernos previstos para a cidade, assim como das normas e controles exigidos nas áreas centrais para garantir a qualidade da vida urbana. A indústria, ainda que fundamental para o velho/novo projeto mineiro, seria domada ou excluída da cidade por sua incompatibilidade com o bem viver no **espaço do poder** (MONTE-MÓR, 1994, p.477)

Monte-Mór (1994) escreve que a adoção da estratégia da exclusão social antecedeu o conflito urbano de classes manifesto no espaço do poder e projetou uma cidade onde, a princípio, as contradições e os conflitos de classe seriam negados, a serem superados na organização espacial conservadora e progressista:

Nas intervenções eram implantados sistemas sanitários públicos; abertas longas avenidas compatíveis com o tráfego denso; fincados edifícios modernos nos antigos cenários. Tratava-se de assegurar condições mínimas de vida para uma população em rápido crescimento, adequar a cidade aos negócios, **às instituições e ao poder burguês** e, ainda, criar **dispositivos de controle da multidão de homens pobres** e trabalhadores, de modo a ajustá-los às exigências produtivas modernas e a um padrão de ordem urbana (JULIÃO, 1992, p. 55).

A racionalidade que orientou o traçado de Belo Horizonte foi a racionalidade do poder. O espaço hierarquizado do plano não supunha ou propunha localizações segregadas, sequer tratando da moradia da classe operária. A ocupação do espaço determinada pela renda, controlada inicialmente pelo Estado e em seguida pelo mercado imobiliário, configurou o espaço desigual que se queria modelo.

A formação espacial de Belo Horizonte é marcada pela atuação intensa e sistemática do poder público:

Como a cidade criada para ser capital do Estado, Belo Horizonte tem sua origem marcada por uma acentuada interferência do Poder Público na produção e na ocupação de seu espaço. Conduzindo o processo de



assentamento de populações e atividades, o Poder Público promove e consolida a segregação social do espaço (estratégia para o exercício da dominação política): privilegiando e valorizando os espaços de moradia da elite e favorecendo a formação do centro através da concessão de estímulos à instalação de atividades, concentração e infraestruturas urbanas e dos serviços de consumo coletivo, ao mesmo tempo em que atua no sentido de excluir do centro as classes mais pobres (o que estimula a formação das periferias) (PLAMBEL, 1977, p.110).

O poder público objetivava especialmente garantir a execução do modelo de cidade projetado, logo as atenções eram concentradas para a zona urbana da cidade, enquanto a periferia era ocupada sem infraestrutura urbana.

Segundo Costa (1994), os altos preços da terra na zona urbana forçaram os segmentos mais empobrecidos da população a se fixarem fora dos perímetros da Avenida do Contorno. Era clara a intenção dos idealizadores da capital em direcionar o adensamento da cidade a partir do centro em direção às periferias.

Porém, o processo de ocupação da área localizada além dos limites da Avenida do Contorno deu-se de forma muito mais intensa e as colônias agrícolas da zona rural foram ocupadas como extensão e incorporadas à zona suburbana (COSTA, 1994). “Foi a classe trabalhadora, excluída do espaço central da cidade, do poder, da cidadania, da ágora estendida, que de fato determinou a produção da cidade. E Belo Horizonte cresceu no sentido oposto, da periferia para o centro” (MONTE-MÓR, 1994, p.15). Os excluídos tiveram que ocupar os seus espaços de forma conflituosa, pois não lhes fora concedido o direito à cidade.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados no trabalho tratam da pesquisa de caráter qualitativo e exploratório.

A partir da pesquisa documental, são coletados dados para compreender a formação da cidade de Belo Horizonte, a partir do o planejamento progressista no século XIX, com foco nos principais espaços públicos planejados por Aarão Reis em 1897.

Resultados e Discussão



A história de Belo Horizonte revela o surgimento de duas cidades segregadas: a zona urbana planejada e equipada de serviços, equipamentos e espaços públicos, mas com uma população rarefeita, a elite; e outra populosa, concentrando a precariedade e a carência de infraestrutura e espaços públicos.

Caldeira (2007, p.175) confirma essa diferença ao computar que “em relação aos espaços públicos do projeto, a zona urbana era composta por 24 praças, 21 avenidas, 63 ruas e um grande parque municipal; a zona suburbana contava com 7 praças, 3 avenidas e 168 ruas”. As praças, locais de encontro e de lazer, são priorizadas na zona urbana, enquanto as ruas, lugares de passagem, são o principal espaço público na zona suburbana.

As ruas, as avenidas e as praças planejados na zona urbana seriam os atores principais para a configuração de um cenário e, portanto, os elementos determinantes da forma urbana. Esses elementos são subordinados ao rigor geométrico, compondo um cenário urbano ideal: abusa-se do recurso de perspectivas, eixos de simetria, fachadas monumentais, pontos de fuga, entre outros (CALDEIRA, 2007).

Além do sistema viário, as praças, os parques e as áreas destinadas ao jardim zoológico e ao hipódromo também foram construídos a partir dos princípios republicanos da ordem e do progresso do espaço urbano.

De acordo com Caldeira (2007, p.175), as praças foram concebidas como peças fundamentais da paisagem de Belo Horizonte, que “aparecem em todos os cruzamentos das grandes avenidas, assim como em lugares estratégicos, defronte a edifícios públicos”.

As praças de Belo Horizonte na zona urbana têm a forma externa gerada pelo traçado original da cidade, assumindo formas geométricas elementares quadradas, retangulares, circulares ou triangulares, o que reflete o princípio do modelo de urbanismo progressista. Na zona urbana são encontradas “praças de todos os tipos, tamanhos e funções: praça cívica, praça de lazer, praça de mercado, praça da Estação, *rond-points*, e praça da Igreja” (CALDEIRA, 2007, p.175).



Segundo Maciel (1998), o Parque Municipal, a Praça da Liberdade e a Praça Raul Soares foram os únicos implantados na inauguração da cidade:

O lugar do Parque Municipal foi escolhido por Aarão Reis como espaço principal para o lazer público. Foi lá que Aarão Reis sonhou a cidade e tomou como sendo o ponto referencial do seu desenho. Foi o primeiro parque implantado na capital. A Praça da Liberdade, a mais importante política e economicamente, foi a única a ser implantada na inauguração (1897). O projeto previa ainda espaços para o Jardim Zoológico, o Hipódromo e cuidados com a arborização da cidade (MACIEL, 1998, p.88).

Grossi (1997) considera que a Praça da Liberdade, a Praça da Estação e a Praça Raul Soares tiveram importância no ordenamento simbólico da estrutura urbana da cidade. A Praça da Estação, nas primeiras décadas de vida da cidade, era palco privilegiado dos trabalhadores na sua resistência às imposições do capital e para interpelar o poder público. A Praça da Liberdade, considerada o espaço mais importante de uso público, era cunhada de Jardim do Palácio, por situar-se à frente do Palácio da Liberdade, projetado para residência do Presidente do Estado. Era o lugar mais elevado da cidade, a acrópole, ícone visível e ostentador do poder.

O espaço público é modelo de disciplina, com conceitos e condutas traçados para que se revelasse tudo e ensinasse como as relações entre coisas e pessoas deveriam ser. As classes dominantes procuraram ajustar a população de baixa renda aos dispositivos de repressão. O governo procurou disciplinar os homens despojados de bens. Eram mecanismos mais sutis e disseminados por toda sociedade como exemplo, a adaptação da população aos serviços de higiene ou mesmo os mecanismos de repressão direta como a polícia.

Henriques (1997) cita o jornal como um dos mecanismos mais eficazes para divulgação dos projetos de dominação da classe dominante e do Estado, já que, na época em questão, era o único elo de ligação entre o governo e os cidadãos (assim entendidos porque o jornal se destina em primeira instância àquele que lê – e quem lê vota). A autora (1997, p.58) escreve que “o Diário de Notícias cumpria diariamente o seu papel de **informador- modelador**. Subjacente a cada matéria, podemos vislumbrar um toque moralizante, às vezes explícito, outras vezes sutil, mas sempre dentro da perspectiva higienista de sanear o social”:



BH não pode continuar a exibir suas pompas, ao lado da miséria. Cabe ao Estado o dever de assistir aos pobres, aos desvalidos, aos velhos, aos enfermos (...) Siga a Prefeitura, auxiliada pelo Estado e pela população, o exemplo da municipalidade de São Paulo, (...) proibindo terminantemente a mendicância nas ruas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Ano I, n. 137, 01/08/1907 – 1ª pág *apud* HENRIQUES, 1997, p.59).

Assim como os mendigos eram temidos e vistos como um problema, os vadios e boêmios, mais que “desajustados” da república do trabalho, são exemplos de vida desregrada e impulsiva, merecedores, portanto de repressão (HENRIQUES, 1997):

(...) Bom concurso trariam a ação restauradora das nossas forças produtoras em boa hora empreendida pelos poderes públicos, os senhores da polícia se conseguissem a **completa extinção da vadiagem** em nossa terra. Mesmo na Capital é contristador o espetáculo que presenciamos: as tavernas vivem locupletadas de **parasitas** que tantos serviços podiam prestar (...) e não seriam esse cancro social que todos nós devemos temer. Guerra, pois, aos vadios (...) (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Ano I, n. 3, 23/02/1907, 1ª pág. *apud* HENRIQUES, 1997, p.59)

Para Henriques (1997) o alvo é a vadiagem em si, aquela que se origina na pobreza, na recusa ao trabalho assalariado. Desconsiderando que as contradições da sociedade urbano- industrial têm efeitos sobre todas as camadas sociais, o jornal implica ao pobre a culpa da rebeldia, do mau exemplo, da vadiagem.

Além dos mendigos e dos vadios, os costumes populares são ferrenhamente apontados como infundados, nefastos, sendo alvo de críticas ferozes (HENRIQUES, 1997). A classe popular e seus costumes eram hostilizados e considerados problemas que deveriam ser eliminados. Não se questionava a causa e as possíveis soluções para esses “problemas”, frutos da sociedade moderna.

A política higienista e progressista encontrou no jornal seu maior veículo. Segundo Henriques (1997), através do jornal, a população foi sendo instruída para as novas exigências sociais e para o moderno modo de vida, baseado no trabalho assalariado e na recente concepção de família, de lazer, de sociabilidade e de civilidade.

A civilidade no espaço público é imposta pelo mecanismo de repressão do Estado: a lei. O acesso aos espaços públicos era restrito à “sociedade disciplinada” por meio de mecanismos de controle e planejamento, que previam a exclusão das camadas populares das áreas nobres da cidade:



Art 1º- Nos jardins públicos e praças ajardinadas, a cargo da Municipalidade, é proibida a entrada de:

- a) **Pessoa ébria, alienadas, descalças, indigentes e das que não tiverem descentemente trajadas**, e bem assim das que levarem consigo cães e outros animais em liberdade, e em volume excedente de 30 centímetros de largura por 40 de comprimento;
 - b) Veículos, exceção dos automóveis e velocípede no Parque Municipal até às 18 horas da tarde;
 - c) **Vendedores ambulantes**, com os artigos do seu comércio.
- (BELO HORIZONTE, 1925).

O Estado, por meio da legislação municipal, determinava o público que poderia utilizar o espaço “público” (inclusive as suas roupas, apenas aqueles “descentemente trajados”), limitando a apropriação pela classe dominante. O Estado também definia as possíveis ações (morais) que poderiam ser feitas, limitando a vida cotidiana a regras:

Art. 2º É absolutamente proibido:

- a) Pisar nos gramados e canteiros;
- b) Danificar e tirar os vegetais, ou pôr lhes as mãos;
- c) Pescar nos tanques;
- d) Atirar pedras ou outros projéteis;
- e) Entrar nos viveiros;
- f) Lançar sobre as alamedas, canteiros e tanques quaisquer objetos que prejudiquem o asseio e a vegetação;
- g) Deitar-se sobre os bancos e outros lugares;
- h) Fazer algazarras;
- i) Dar tiros e queimar fogos de artifício, exceto quanto a estes, no Parque, com autorização especial do Prefeito;
- j) Afixar dísticos e letreiros, escrever ou traçar figuras nas paredes ou em qualquer outro lugar;
- k) Atirar aos animais comida ou qualquer outra cousa;
- l) Distribuir anúncios impressos,
- m) Jogar serpentinas e confete;
- n) Penetrar nos lugares reservados ao pessoal, casas de máquinas, etc.;
- o) Danificar os ornatos, estatuas, hermas, bancos, materiais e utensílios.

(BELO HORIZONTE, 1925).

As ações no espaço público eram claramente limitadas pela lei: os usuários poderiam andar (em lugares determinados e não na grama) e sentar (apenas nos bancos). As praças e os parques tinham a função exclusivamente contemplativa, pois qualquer outro tipo de função (comércio, descanso, festa) era proibida: não era permitido pôr as mãos nos vegetais, deitar nos bancos e fazer algazarras. A apropriação no espaço público era ordenada e organizada, sendo os indivíduos meros corpos disciplinados e programados no lugar.



As ruas largas, vastas e limpas poderiam tornar visíveis as pessoas que nela transitam e vivem (de forma ordenada). Os espaços públicos da cidade deveriam colocar todos sob a vista de todos. As ruas ordenadas, que dirigem a multidão e ordenam o seu sentido, são descritas por Carlos Drummond de Andrade:

Por que ruas tão largas?
Por que ruas tão retas?
Meu passo torto
foi regulado pelos becos tortos
de onde venho.
Não sei andar na vastidão simétrica
implacável.
Cidade grande é isso?
Cidades são passagens sinuosas
de esconde-esconde
em que as casas aparecem-desaparecem
quando bem entendem
e todo mundo acha normal.
Aqui tudo é **exposto**
evidente
cintilante. Aqui
obrigam-me a nascer de novo, **desarmado**.
(Ruas. Carlos Drummond de Andrade, 1979)

Essa visibilidade implica a vigilância e o controle da sua apropriação, regulamentada pelo decreto citado (BELO HORIZONTE, 1925). Os indivíduos (elite), agindo conforme a lei, cumpriam a máxima da valorização do bem público, de preservação e respeito ao espaço urbano social. As praças e os parques inseridos na zona urbana, como o Parque Municipal e a praça da Liberdade são claramente excludentes, sendo frequentados exclusivamente pela elite belo horizontina, caracterizando o espaço público como local da espetacularização da classe dominante.

De acordo com Passos (2016), a visibilidade das pessoas no espaço público acabaria produzindo um isolamento, pois todos estariam visíveis a todos, o que tornaria a liberdade do espaço um conflito com a liberdade do corpo. Os corpos individuais se tornaram desligados dos lugares que passaram a transitar. As ruas, onde a massa transita, parecem destituídas de qualquer personalidade, de qualquer significado, sendo incapazes de fixar uma experiência vivida. As ruas acabam por se transformar em lugares nos quais o homem, em grande medida, acaba não conseguindo se reconhecer. Assim, os homes são desencorajados a se organizarem em grupos.



As cidades planejadas, como Belo Horizonte, passariam então a funcionar como isolante do espaço; praticamente esvaziando-o, impossibilitariam as aglomerações e privilegiariam o corpo em movimento. Os tumultos eram evitados.

O uso indevido dos espaços públicos era controlado pela polícia militar, as ações das forças de segurança eram chamadas a atuar sobretudo na vila operária (Barro Preto) em incidentes entre estrangeiros e nacionais (como brigas, discussões, pequenos motins, etc.) e na dissolução de reuniões operárias de caráter reivindicatório (PLAMBEL, 1979).

Segundo Magalhães (2008), as primeiras entidades representativas dos operários surgiram por volta de 1900, juntamente com algumas manifestações públicas. Não tardaram a surgir daí a pouco as primeiras greves, datadas de 1912. Os operários foram buscando sua incorporação, forçando seu reconhecimento enquanto atores sociais da cidade, além de reivindicarem o seu direito à cidade. Porém, essas manifestações eram reprimidas e, para muitos (da classe dominante), se o Estado não se excedesse em punições, seria:

[...] impossível **manter a ordem** naquele meio excepcional de Belo Horizonte, com os seus 5.000 operários de todas as nacionalidades, muitos desacompanhados de suas famílias e outros tantos que não as tinham, além de crescido número de aventureiros, de desclassificados e de malfeitores de toda espécie. Ora, aqueles homens que, durante o dia, brandiam as ferramentas, explanando o solo e construindo a cidade que aqui hoje admiramos, mal a noite caía, ajuntavam-se em tavernas, que proliferavam por toda parte como cogumelos, e aí bebendo, fumando, jogando, discutindo, armavam frequentes distúrbios. Mas bastava que surgisse ali o temido capitão Lopes e tudo serenava, pois, ele, sem nada temer, entrava nas tascas, entre os brigões, prendia-os, entregava-os aos soldados. E era assim que ele, à noite, enquanto a **população ordeira** dormia tranquilamente, percorria as tascas, dando ordens, repreendendo, mandando fechar portas, sempre respeitado e temido, dando margem a que os construtores da cidade pudessem trabalhar despreocupados em relação ao delicado **problema da ordem pública** (BARRETO, 1995, p. 351).

Todo e qualquer desvio da ordem original era tido como caos urbano. A intenção dos construtores da nova capital mineira era impedir as manifestações dos habitantes, suscetíveis de serem banidas do espaço citadino (PASSOS, 2016).



As funções e o público da vida cotidiana e urbana em Belo Horizonte eram predeterminados pelo Estado: os espaços públicos eram lugares de encontro, de lazer e de contemplação da classe dominante, que apropriava o espaço conforme a lei. Os mecanismos para a dominação da classe dominante e do Estado (o jornal, a lei e a polícia) visavam adaptar os novos cidadãos ao sistema político vigente. Belo Horizonte estava mais preocupada com o controle da massa social, fazendo cidadãos ativos apenas uma pequena elite dos estratos médios e altos da sociedade:

A rua, mesmo prometendo lazer (o parque) e diferentes meios de ganhar a vida, era também (e principalmente para as classes populares) um local de insegurança, onde homens pobres conviviam diariamente com a arbitrariedade e a violência da polícia no espaço público. Era uma ordem liberal, porém **antidemocrática, e resistente à democratização** (PASSOS, 2016, p.356).

O plano urbanístico de Aarão Reis para Belo Horizonte e o Estado, ao adotar mecanismos de disciplinas sociais, nega a possibilidade de participação política dos setores populares, contrariando, em muitos momentos os princípios de “liberdade e igualdade”:

Vale lembrar que Belo Horizonte foi construída justamente no contexto do surgimento da República brasileira, o que poderia levar tanto ao povo da época, quanto aos analistas de agora, a ilusão de que houve participação popular efetiva na consolidação e determinação do planejamento urbano. Entretanto, a **República brasileira nascente era um cenário que não desejava ou instigava uma participação popular efetiva** (PASSOS, 2016, p.355).

Grossi (1997) complementa que a liberdade republicana pode contradizer seu discurso emancipatório, à medida que não haja efetiva expressão de autonomia. A intervenção pública era discriminatória e excludente com a classe popular, mas favoreceu a classe de renda média, que permaneceu e se instalou na zona urbana, especialmente os proprietários de imóveis.

Quanto ao plano da cidade de Belo Horizonte, segundo o Plambel (1979), até o final dos anos de 1920, a cidade já apresentava características bem definidas, com certa bipolarização na zona urbana: na parte mais ao sul, localizam-se o centro administrativo e a praça da Liberdade, no bairro dos funcionários, área considerada “nobre” da cidade, enquanto na parte mais ao norte, próximo à Estação Ferroviária e à Praça do Mercado



(atual Terminal Rodoviário), já se configurava o “centro” popular da cidade, valendo-se das vantagens proporcionadas pela acessibilidade. A articulação entre esses espaços é realizada pelo sistema de bondes, que constitui, nessa época, fator de convergência no deslocamento da população e de assentamento de atividades no entorno de seus pontos de parada e de suas estações. Os bondes possibilitam o deslocamento da classe popular para a zona urbana, que pode usar (de acordo com as regras impostas) os espaços públicos.

Essa bipolarização também é percebida na apropriação dos espaços públicos: a praça da Liberdade, na parte mais ao sul da zona urbana, é frequentada pela classe dominante e a praça Sete de Setembro, na área norte, é utilizada pela classe popular.

Considerações Finais

Assim como nos modelos progressistas, sendo o principal exemplo o plano de Haussmann, o planejamento da cidade de Belo Horizonte foi baseado em ideais sanitaristas, onde a população poderia respirar livremente, numa cidade altamente organizada e compreensiva, em que ruas, avenidas e praças representassem uma ruptura radical com o modelo das cidades até então existentes.

À maneira dos boulevards franceses, Belo Horizonte foi projetada para poucos. A produção dos espaços urbanos públicos é feita pela aliança do capital e do Estado, resultando em desenhos rigorosos que definem o uso e o próprio público.

Desde a sua fundação, o controle do espaço público, a partir de dispositivos de vigilância e de repressão, enquanto estratégias do poder do Estado e do capital, negam completamente a vida social urbana na cidade e provocam o esvaziamento do espaço público.

O plano de Aarão Reis para Belo Horizonte apresenta um caráter excludente, limitador e repressivo, visando a ordem do espaço urbano e, principalmente, a disciplina dos usuários do espaço público. Choay (2013) descreve esse caráter do modelo progressista de urbanismo:

A limitação exerce-se, num primeiro nível, pela rigidez de um quadro espacial predeterminado.(...) Num segundo nível, a ordem espacial



prova que deve ser assegurada por uma **limitação mais propriamente política**.(...) O autoritarismo político de fato, que dissimula, em todas essas propostas, uma terminologia democrática, está ligado ao objetivo comum, mais ou menos assumido, do **rendimento máximo** (CHOAY, 2013, p.10).

As características do modelo progressista de urbanismo ainda são presentes no planejamento de Belo Horizonte:

De forma semelhante às intervenções feitas no século XIX, os projetos atuais acabam promovendo uma espécie de “higienização” urbana em termos sociais, ou seja, expulsando grupos que ocupavam determinadas áreas da cidade para lugares distantes das áreas de interesse do mercado. Cada vez mais, os espaços públicos gerados pelas intervenções promovidas nas cidades apresentam-se como espaços pouco acessíveis a grande parte da população (GONÇALVES *et al*, 2017, p.6).

Os princípios dos projetos de requalificação urbana da cidade contemporânea no século XXI são semelhantes aos objetivos do modelo de urbanismo progressista do século XIX. O planejamento urbano contemporâneo visa o embelezamento, a higiene e a “limpeza social” das cidades, intensificando a segregação social e reduzindo a vida urbana.

Referências

ANDRADE, Rodrigo Ferreira e MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. A formação da cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. (Org.). **Arquitetura da Modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; IAB-MG, 1998.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva**. ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal. **Decreto n. 10, de 24 de junho de 1925**. Dá regulamento para os jardins públicos, as praças ajardinadas e o Parque Municipal. Belo Horizonte, 1925.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2013



COSTA, Heloisa Soares. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís (Org.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, PBH, 1994. p.51-77.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Panorama de Belo Horizonte: Atlas Histórico**. Belo Horizonte: FJP, 1997. (Coleção Centenário)

GONÇALVES, Raquel Garcia; SIMAO, Karina M. C.; PAIVA, R. V. C.; RAMOS, V. S. Sobre conflitos urbanos, territórios e poder: a disputa pela incerteza In: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, São Paulo, 2017.

GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: qual pólis. **Caderno de História**. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 12-24, out. 1997

HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. A Razão Moldando o Cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – Belo Horizonte – 1907-1908. **Caderno de História**. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 57-63, out. 1997

JULIÃO, Leticia. **Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)**. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1992.

MACIEL, Marieta Cardoso. **O projeto em arquitetura paisagística: praças e parques públicos de Belo Horizonte**. 1998. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. **Estratégias de rua: manifestações político-sindicais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. A cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís (Org.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, PBH, 1994. p.11-27.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: um estudo de caso a luz de comparações com as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. In: **Mediações, Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 21, p. 332, 2016.

PLAMBEL. Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte 1827-1970**. Belo Horizonte: [s.n.], 1979. 2v.